



CURSO DE EXTENSÃO/ESPECIALIZAÇÃO
ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

BARRAGENS E MINERAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS

EVANDRO NESELLO

Orientadora: Daniele de Carvalho Pinheiro

Rio de Janeiro
2010

DEDICO ESSE TRABALHO E
AGRADEÇO MINHA
COMPANHEIRA SANDRA, PELA
DEDICAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO.

PARTILHA

AOS MEUS QUERIDOS PAIS

De vocês recebi o Dom mais precioso do universo: a vida. Já, por isso, seria infinitamente grato, mas vocês não se contentaram em presentear-me apenas com ela, revestiram minha existência de amor, carinho e dedicação, cultivando desde a minha todos os valores que me transformaram em um adulto responsável. Trabalharam dobrado sacrificando seus sonhos, em favor dos meus, não foram apenas pais, mas amigos e companheiros, mesmo na hora em que meus ideais pareciam distantes e inatingíveis e o estudo um fardo pesado demais. Agradeço pelo sonho que realizo neste dia e, sobretudo pela lição de amor que me ensinaram durante toda vida. Hoje, procuro entre as palavras aquela da qual gostaria que seus ouvidos ouvissem do meu coração, e só encontro um simples e sincero: OBRIGADO.

AO MAB

Dedico este trabalho em especial ao MAB, e as um milhão e trezentos mil famílias, com as quais criei laços afetivos, pois se não fossem vocês serem tão especiais, talvez o meu trabalho não teria sido desenvolvido com tanto êxito.

AOS AMIGOS

Quantas vezes me despedi, porque a vontade de aprender foi soberana. Porque iniciei a luta pelo meu ideal e não podia parar, porque sabia que aquelas despedidas seriam para nos unir algum dia. Hoje, agradeço pelos abraços, pelas palavras de consolo e conselhos, e se aqui cheguei, não foi sozinho, parte desta vitória devo a vocês! OBRIGADO!

À TURMA

Este é o início de uma nova etapa em nossas vidas, todos os momentos que compartilhamos permanecerão para sempre em cada um de nós, não é um Adeus..., não é uma despedida..., nós mesmos nos dizemos até breve..., fica a promessa do encontro..., fica o desejo de uma boa sorte e felicidades. Fica a promessa de que lutaremos e venceremos.

À ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E AOS TRABALHADORES

Vocês foram por anos parte de minha vida, juntos lutamos e vibramos, juntos até choramos, transmitiram-me segurança e carinho quando me sentia derrotado e com medo, vibraram com cada sucesso alcançado, com cada etapa vencida, comigo buscaram a realização dos meus sonhos, permanecendo ao meu lado, lutando, apoiando-me materialmente e espiritualmente. Por tudo isso, desejo que dividam comigo esta conquista, porque ela também lhes pertence.

A ORIENTADORA DANIELE DE CARVALHO PINHEIRO

A você que se privou de algumas horas de sua vida, para ficar em minha companhia para este dia pudesse acontecer, gostaria que hoje vibrasse comigo, não porque venci, mas porque vencemos mais um desafio em nossas vidas. Parto confiante agora, na certeza de que o conhecimento transmitido é o caminho para o sucesso da felicidade conquista de ideais. Felicidades e obrigado.

A MINHA COMPANHEIRA SANDRA

Por estar sempre ao meu lado, nos momentos bons e ruins, pelas idéias, opiniões, sugestões e críticas quando necessárias, agradeço. É muito bom ter pessoa como você ao meu lado.

VIDA

Estar vivo não é apenas respirar.

Ter vida é sentir-se vivo. Estar vivo é conquistar vida digna, para todos.

A vida ficou mais vida no dia que vimos uma bandeira branca, vermelha, verde, lilás...

Ouvimos um chamamento, nos organizamos.

Assim descobrimos a esperança e o direito de sonhar, conquistamos nosso espaço e a possibilidade de trabalhar: de plantar, e colher. Aprendemos a refletir sobre a importância de uma convivência harmoniosa. De respeito entre os seres humanos; de sentir-se parte da natureza; que beleza! Descobrimos a alegria de repartir o pão, cultivamos o sacrifício, que vira companheirismo, cooperação, indignação, solidariedade...

Aprendemos a gostar de ser povo e a lutar por terra, saúde, escola, lazer... Lutamos por direitos iguais, em um país marcado pelas injustiças.

Aprendemos a nos indignar contra aqueles que destroem as pessoas em nome do lucro e das pessoas em nome do lucro e da terra e a renda com certeza, elas não trilham por caminhos de justiça social.

Descobrimos a contradição entre aqueles que vivem da exploração e os que lutam pela liberdade.

Descobrimos que uns matam o povo de vez. Outros matam devagarzinho, pela fome por nos deixar "sem".

Mas na vida renasce naqueles que Lutam.

Autor desconhecido

RESUMO

Este trabalho visa fazer um breve relato das lutas dos atingidos organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB em Goiás, buscando compreender suas perspectivas e desafios diante dos projetos de construção de barragens desenhados e empreendidos sobre os rios e sobre a vida de centenas de pessoas que há muito vivem nos vales desses rios.

A partir da história das lutas dessas pessoas que se tornam sujeitos coletivos a partir da investida do capital sobre suas vidas é possível perceber também a articulação das empresas barrageiras com outros setores do capital, como a mineração.

Diante do desafio exposto é que se busca fazer uma contextualização da organização do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB em Goiás, a partir da organização dos atingidos nos vales dos rios.

Como uma forma de mostrar a relação entre o capital e seus diferentes investimentos sobre os bens naturais, como a água, a terra, os minérios se busca mostrar a febre barrageira nos rios goianos e a relação dessas barragens com o setor da mineração.

Por fim, é colocado diante das análises realizadas, algumas percepções e desafios para a luta e organização dos atingidos por barragens em Goiás e também do avanço e aliança do capital no setor barrageiro e de mineração em Goiás.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01
I O MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS E A LUTA NO ESTADO DE GOIÁS	03
1.1. Novos Sujeitos Sociais: o Movimento de Atingidos por Barragens	04
1.2. A Luta dos Atingidos em Goiás: um breve relato	10
II A RELAÇÃO MINERAÇÃO X CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS EM GOIÁS	22
2.1. A febre barrageira nos rios goianos	23
2.2. As Formas de Mineração no Estado de Goiás e sua Relação com os Grandes Empreendimentos.	24
III PERCEPÇÕES E DESAFIOS	29
IV REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
V ANEXOS	35

APRESENTAÇÃO:

Ao propor estudar a localizações das barragens, em torno das empresas de mineração no Estado de Goiás, se pretende fazer uma análise histórico-geográfica da organização das mineradoras em relação as barragens, além de fazer um exercício de interdisciplinaridade necessário para contribuir na compreensão da produção/reprodução e apropriação do espaço. Nesse sentido ensina Milton Santos:

O conhecimento de uma fração da realidade exige a análise de sua estrutura interna das diversas articulações concretas que regem sua existência, seu funcionamento e sua estrutura. A estrutura interna, assim considerada, permite verificar as articulações do fenômeno estudado com outros fenômenos. É, por isso um bom método de trabalho. (SANTOS, 1998, P. 71).

Para dar conta de tal opção teórico-metodológica se faz necessário compreender a correlação de forças presentes neste processo, especialmente o papel das mineradoras, além da necessidade de uma compreensão histórica das barragens, principalmente em Goiás, o foco da pesquisa. Barreira (2002) mostra bem essa necessidade da remontagem histórica:

Este recurso permite dissecar o espaço, tornando possível, por meio dele, penetrar no objeto. É obvio que existe um limite para isso; penetrar-se no objeto até um certo ponto, mas a compreensão dos fatos pretéritos significa assimilar, na constituição do espaço, o que tem um valor, uma vez que o passado foi consumido, mas mesmo assim, perpetuou uma conotação de desaparecimento, mas de permanência. As formas espaciais testemunham a todo momento o passado, que ao mesmo tempo é presente, não importando a forma que assumiu. Nessa ambivalência é que pode perceber a dinâmica e o desenrolar de um processo. (BARREIRA, 2002, P. 20).

Dessa forma, a pesquisa seguirá algumas etapas, destacando-se o levantamento bibliográfico de temas como: empresas mineradoras no Brasil e no Estado de Goiás, potencial de mineração do estado, **garimpo**, Setor Elétrico brasileiro, potencial hidrelétrico das bacias do estado, a experiência de organização e luta da população atingida pelas barragens já construídas.

Ao observarmos a localização das grandes empresas mineradoras no Estado de Goiás e a localização das barragens (seja em operação, em construção ou em projeto) percebemos que estão espacialmente próximas. Diante dessa constatação, o presente trabalho tem por objetivos:

- Conhecer o processo histórico da luta e organização dos atingidos por barragens no Estado de Goiás;

- Compreender a organização dos setores de mineração e sua relação com a construção das Usinas Hidrelétricas (UHEs);
- Levantar subsídios para futuras pesquisas sobre o tema;
- Mapear a área atingida pelos empreendimentos;

Outras fontes da pesquisa são documentos produzidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), pela Agência Ambiental do Estado de Goiás, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), pelos empreendedores, além dos documentos elaborados pelo próprio Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

I - O MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS E A LUTA NO ESTADO DE GOIÁS

...Não estamos de acordo
que se privatize parte do
que nos faz ser uma nação soberana.
Privatizar os recursos naturais
é como privatizar a pátria.
E a pátria não se vende.
A pátria se vive.
(Chiapas)

A opção do Brasil por uma matriz energética baseada na construção de barragens, com o argumento de que esta é uma fonte limpa, renovável e barata, vem causando grandes prejuízos ambientais e sociais por todo o país. Os problemas sociais e ambientais causados pela construção de barragens são hoje questionados por ambientalistas, atingidos e vários órgãos e entidades, públicos ou privados, como o Ministério Público, mas continuam sendo ignorados ou minimizados, pois o importante é a geração de energia visando o crescimento econômico, em detrimento dos problemas ambientais e sociais, no mais das vezes subdimensionados ou ignorados.

O que podemos perceber nos documentos elaborados antes da construção de barragens, conforme a legislação, como os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e Projeto Básico Ambiental (PBA) é uma preocupação superficial com os impactos ambientais e com as conseqüências sociais. Nas audiências públicas realizadas pelos empreendedores, o importante é a voz e a opinião das “autoridades” locais (prefeitos, vereadores, deputados) e não da população que será atingida pela obra. Na verdade, os atingidos são considerados obstáculos a serem removidos o mais rápido possível.

A notícia da construção da barragem para a população atingida provoca uma (des) arrumação do espaço vivido, pois está intrínseca nessa notícia a ideologia do progresso. Parte dos atingidos acredita que a construção da barragem trará melhorias a sua vida e que podem adquirir outras terras, ou ainda se mudarem para a cidade com as indenizações a que têm direito. No entanto, há outra parte da população atingida que recebe a notícia como a destruição de suas vidas e dos seus sonhos, de seus valores, de sua cultura. Essa parte da população, que vê a barragem como uma ameaça, são os camponeses, os pescadores, os ribeirinhos, populações indígenas e outras minorias étnicas, ou seja, aqueles atingidos que dependem da terra ou do rio para viver e reproduzir seus modos de vida.

O anúncio da construção da barragem enseja pressões que vão resultar em mudanças nos modos de vida, pois muitos cessam suas atividades por acreditar que não vale mais a pena investir e trabalhar numa terra que será alagada. Isso provoca transtornos diversos, pois há o apego ao lugar pelo longo tempo de residência, o que implica o sentimento de pertencimento.

O inflacionamento do preço das terras, causado pela especulação imobiliária é outro problema que afeta diretamente a população atingida, pois com a notícia da construção da barragem, há uma *corrida* na compra de novas terras próximas à região onde essa população sempre viveu. A intenção é manter a família, vizinhos e amigos o mais próximo possível, o que na maioria das vezes não acontece.

Diante dessa situação há uma desarticulação total dos espaços dos atingidos, seja somente com a notícia da construção da barragem, seja no período da construção, ou ainda, depois que o empreendimento é concluído. Em cada etapa, a luta apresenta configurações diferentes, visto que os embates também são diferentes, mas a condição de pressão sobre as populações atingidas é permanente, apresentando momentos de maior ou menor intensidade. Essas e outras questões sociais desencadeiam conflitos e tensões que, em muitos casos, pode motivar a organização da população atingida e o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, como resposta às contradições do próprio Setor Elétrico brasileiro.

Os problemas sociais são uma parte do *mar de problemas* que esta matriz energética baseada na construção de barragens trouxe e continuará trazendo à população brasileira, seja aos camponeses, seja à sociedade local/regional como um todo.

1.1. Novos Sujeitos Sociais : o Movimento dos Atingidos por Barragens

A resistência aos projetos hidrelétricos vem desde a segunda metade dos anos 1970¹ quando agricultores da região de Itaipu, através de sindicatos e organizações ligadas à Igreja, se mobilizaram por melhores indenizações e reassentamento, dando origem ao movimento Justiça e Terra. Desde então, em Itaparica (Bahia), em Tucuruí (Pará), na Bacia do rio Iguaçu (Paraná), no vale do Jequitinhonha (MG), no Xingu (Pará), na Bacia do rio Uruguai (RS/SC),

¹ - Segundo Vainer, 2009 “existem algumas referências acerca da existência de manifestações de resistência à construção de barragens nos anos 40 e 50 (Soares, 1998), mas é inquestionável que os sinais mais fortes de movimentos coletivos organizados datam do final dos anos 70”. Por isso a opção em iniciar a contextualização a partir da década de 1970.

um pouco por toda parte onde se constroem ou se projetam hidrelétricas, grupos sociais e povos indígenas prejudicados têm resistido e levantado as mais diversas reivindicações.

Outro importante Movimento que deu origem ao MAB é a Comissão Regional de Atingidos por Barragens do Alto Uruguai – CRAB, nascida na Bacia do Uruguai. Segundo NESELLO, 2005:

Esse processo se inicia com a participação de professores, sindicalistas, padres, pastores, que avaliam a necessidade de organização e mobilização da população rural que será atingida por esses projetos. A partir daí, começam as reuniões, nas comunidades do interior, coordenadas principalmente pelas Igrejas, Progressistas e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. O Estudo de Impacto Ambiental – EIA, elaborado pela Eletrosul, divulga a CRAB como um movimento contestatório de cunho social rural. (NESELLO, 2005, P. 32)

E na Bacia do Uruguai há uma grande mudança em relação à Itaipu, pois os atingidos iniciam sua organização antes do início das obras. A CRAB avança ainda mais, sendo contra a construção de barragens. Segundo Vainer, 2009:

Após ter timidamente pedido, a exemplo do movimento Justiça e Terra, “indenizações justas”, a CRAB havia dado prioridade à luta por “terra por terra”, enfatizando a necessidade de reassentar os colonos compulsoriamente deslocados. Agora, era o confronto aberto, a luta contra a construção das barragens: “Terras Sim, Barragens Não”. (VAINER, 2009, P. 8).

Em Itaparica a luta dos atingidos se espelha no desastre que foi Sobradinho, pois foram centenas de famílias relocadas para assentamentos sem água, sem estradas, longe de tudo e sem nenhuma infra-estrutura. Os atingidos aqui enfatizam sua luta em três reivindicações principais, sendo: terra por terra na margem do lago, água nas casas e nos lotes, indenizações justas das benfeitorias. Para Vainer, 2009:

Vale a pena destacar o fato de que, contrariamente ao que havia acontecido no sul do país (Itaipu e Bacia do Uruguai), não se constitui aqui uma forma de organização específica dos atingidos, mas uma articulação intersindical para levar adiante sua luta. (VAINER, 2009 P. 10).

Em Tucuruí, em 1981 depois de terem sido enganadas pelas promessas da ELETRONORTE de bons assentamentos e indenizações, as famílias se organizam e deram origem ao Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí. Como forma de pressão, as famílias atingidas montam um acampamento, diante disso a ELETRONORTE promete reassentá-las e pagar indenizações justas. Porém, não cumpre sua promessa, o que leva os atingidos a continuarem mobilizados. Em 1989 nasce a CAHTU - Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí, que reúne os atingidos de montante e os atingidos de jusante tendo por objetivo continuar a luta por suas reivindicações.

O MAB nasce enquanto Movimento nacional em 1989, quando foi realizado em Goiânia o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, reunindo as lutas locais, nas barrancas dos rios. Nesse encontro foi escrita a carta de Goiânia, a qual, segundo VAINER, 2009:

Expressa o nascimento de um movimento nacional reunindo, de um lado, reivindicações de diferentes grupos sociais que, em diferentes regiões, são atingidos por barragens, e, de outro lado, propostas que buscam transcender as lutas localizadas e específicas para afirmarem uma ação na política nacional, e, mais especificamente, na política energética nacional. (VAINER, 2009 P.8)

Enfim, o MAB nasce das lutas locais, mas com objetivos e interesses maiores que apenas as reivindicações específicas dos atingidos, pois se percebe que se não mudar o modelo energético brasileiro, a luta dos atingidos permanecerá, e eles, assim como a sociedade brasileira como um todo, perderão sempre.

Para GRZYBOWSKI, o Movimento dos Atingidos por Barragens traz novos elementos para o debate da luta pela terra e na terra, pois há a inserção de novos sujeitos no cenário: os atingidos por barragens, que constroem uma identidade a partir da organização, e as empreendedoras nacionais e multinacionais.

Revela facetas novas na luta pela terra. Trata-se, sem dúvida, de luta contra a expropriação. Mas a expropriação não é conduzida e nem serve diretamente aos velhos latifúndios em processo de modernização ou às fazendas das empresas industriais, comerciais e financeiras que se territorializam. (GRZYBOWSKY; 1990, P.16)

Assim, a organização dos atingidos, enquanto MAB, surge geralmente em oposição à construção de uma determinada barragem, seja devido às discordâncias em relação ao valor das indenizações, seja pelo fato de conhecerem a situação de atingidos em outras barragens no Brasil. Assim, para GRZYBOWSKY, uma questão fundamental do Movimento dos Atingidos por Barragens é o:

Resgate de elementos sócio-culturais, definidores do grupo atingido, em associação à luta pela terra. Os atingidos, quando organizados em movimento, tendem a recusar a redução praticada na ação desapropriatória que vê tudo o que vai ser perdido sob as águas do lago como passível unicamente de uma avaliação e uma indenização monetária. Por isto, os movimentos surgem, geralmente, por desacordo na avaliação, propondo a justa indenização, e avançam para propostas de terra por terra e acabam, como no caso das barragens programadas para o rio Uruguai, numa oposição radical á postas dos movimentos, a defesa de um espaço social e culturalmente organizado, com relações de parentesco, vizinhança e amizade, com suas escolas, igrejas e cemitérios. (GRZYBOWSKY, 1990, P. 62)

A luta das populações atingidas por barragens que no início era pela garantia de indenizações justas e reassentamentos, logo evoluiu para o próprio questionamento da construção de barragens e a crítica ao modelo energético. Assim, os atingidos passaram a perceber que além da luta isolada na sua barragem, deveriam se contrapor ao modelo energético nacional. Para isso, seria necessária uma organização maior que fosse capaz de articular e unificar a luta em todo o Brasil.

Vale destacar que no Encontro Nacional que deu origem ao MAB se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país, e decidiu-se pela construção de uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens. Dois anos após, em março de 1991, foi realizado o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens com a participação dos atingidos de todo o Brasil no qual se decidiu que o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, que se organiza e articula com ações contra as barragens a partir das realidades locais e à luz dos princípios deliberados por aquele Congresso Nacional. O dia 14 de Março² foi instituído como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado desde então em todo o país. (MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS, 1996)

Uma das principais metas do MAB atualmente é fazer com que a luta dos atingidos se unifique em todo o país, já que existem várias lutas isoladas em várias barragens, além de incentivar novas frentes de luta.

O MAB ainda encontra grandes dificuldades em sua articulação nacional. A organização acaba adquirindo características muito singulares em cada barragem ou região organizada, pois a organização dos atingidos por barragens, em muitos casos, depende do estágio em que se encontra o empreendimento. Caso a barragem já tenha sido construída a luta ganha um caráter sindical, pois o movimento terá de lutar por reassentamentos e indenizações justas. Se a barragem estiver em construção à luta é para paralisar as obras e, caso não seja possível, por negociar uma proposta justa para os atingidos. Se a barragem possui apenas a Licença de Instalação (LI) a luta é para que a barragem não seja construída.

Nessa diversidade de lutas existe também a diversidade cultural das populações atingidas que varia de pequenos, médios e grandes produtores, quilombolas, indígenas,

² Posteriormente, durante o I Encontro Internacional de Povos Atingidos por Barragens, realizado em Curitiba, em 1997, o dia 14 de Março foi adotado como Dia Internacional de Luta contra Barragens.

populações urbanas, pescadores, garimpeiros, além disso, existe também a especificidade de cada lugar atingido, ou seja, de cada comunidade, bairro, aldeia.

Apesar da grande diversidade de sujeitos atingidos por barragens há uma integração de grande parte dos atingidos em um único movimento, e isso ocorre, a partir da organização e mobilização, fazendo surgir, a identidade de atingido.

Enfim, essa diversidade geral faz com que haja uma busca constante de unificação das diferentes formas de lutas em um único objetivo, ou na organização de um único movimento, com características e caras específicas ou regionais, mas centralizado na luta maior que é a construção de um novo modelo energético brasileiro não mais baseado na expropriação e subjugação das populações e visto como uma mercadoria, mas sim, como um bem comum que serve a toda população brasileira.

O I Encontro Nacional de Atingidos por Barragens, ocorrido em junho de 2003, em Brasília/DF, expressou o avanço do movimento e a constituição de um sujeito político que passa a intervir de maneira cada vez mais expressiva no processo de decisão e execução das políticas do Setor Elétrico. A partir do governo Lula o MAB avança no processo de negociações junto ao governo, e passa a dialogar com órgãos diretamente relacionados ao Setor Elétrico brasileiro, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Ministério do Meio Ambiente (MMA), dentre outros.

Durante a marcha “Águas para a Vida”, realizada em 2004, o MAB apresentou uma pauta de reivindicações ao governo reclamando espaço nas discussões sobre o Setor Elétrico. Tal pauta não foi atendida, e o Movimento não conseguiu fazer parte do grupo governamental de discussões do Setor Elétrico brasileiro.

Já em Março de 2006, acontece o 2º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens em Curitiba/PR, o MAB nesse momento traça estratégia de nova frente contra modelo que subsidia energia para grandes empresas e quer contar com apoio da população urbana. O movimento também pretende se fortalecer em todo o país com adesão massiva de atingidos.

Segundo o professor Carlos Vainer³, fica evidente no “Novo modelo Energético” lançado pelo governo a manutenção de duas principais características do “velho modelo”: a primeira é que o Setor Elétrico brasileiro continua baseado no avanço da privatização do setor, ou seja, abertura do setor de produção às empresas privadas. O novo modelo se

³ VAINER, Carlos B. Comunicação durante o **Seminário Internacional Panorama Energético, “Análise e Panorama Energético Brasileiro”**, organizado pelo Movimento de Atingidos por barragens – MAB. Cajamar – SP, 14:30 as 16:00 Hs, 05/10/2007.

caracterizou pela privatização da geração e distribuição, ou melhor, a preocupação central do novo modelo foi facilitar as concessões para as empresas privadas. Acreditava o (governo) que essas empresas expandiriam o Setor, mas isso não ocorreu, pois apesar do “apagão” sinalizar uma grande demanda de uso, o aumento do mercado consumidor é lento. O governo atual não está agindo diferente. A segunda questão é que o novo modelo optou pela continuação da matriz uni modal, baseada em barramentos dos rios. Então, se o modelo mantém essas duas premissas (privatização e barragens) não é novo, mas o velho modelo reformulado e agonizado, ou seja, reestruturado.

A perda foi ainda maior do ponto de vista estratégico, com a renúncia, pelo Estado, do papel de planejador e orientador de políticas para o Setor Elétrico, de vital importância para o desenvolvimento social e econômico do país. Pelo fato de o planejamento passar a ser de cunho apenas indicativo, não há a obrigação, de quem quer que seja, de realização dos investimentos definidos, o que sugere um fator de incerteza adicional. Se antes as geradoras federais e estaduais, a partir da coordenação da Eletrobrás, tinham a responsabilidade de complementar a oferta criada pelas distribuidoras de energia, no modelo então implantado não se define nenhum agente cujo papel seria o de equilibrar a relação oferta-demanda do sistema elétrico, posto que cada empresa geradora apenas será responsável pelo cumprimento de seus contratos. (PINHEIRO, 2006 P. 52)

A partir das propostas desse novo modelo o MAB terá de (re)pensar toda sua estratégia de luta, pois no velho modelo o MAB tinha claro quem era seu opositor e contra quem deveria apontar suas armas. O inimigo (ou interlocutores) eram empresas estatais, a Eletrobrás e suas subsidiárias – Eletrosul, Eletronorte, Chesf, Furnas. A agência reguladora (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a figura do Produtor Independente são entidades que passaram a constituir o Setor Elétrico a partir no novo modelo, após a reestruturação.

O que se percebe é que no novo ambiente privatizado do Setor, as populações atingidas têm dificuldades em identificar de forma clara quem seus interlocutores, aqueles para os quais devem dirigir reivindicações e com quem devem dialogar e negociar. O empreendedor, o órgão financiador, o órgão ambiental, a agência reguladora, outros órgãos governamentais, tantos são os novos agentes envolvidos sem, no entanto, deixar claras as atribuições e responsabilidades de cada um. Nenhum é de fato responsável por oferecer respostas às demandas das populações atingidas e assumir a responsabilidade pelos problemas sociais e ambientais acarretados pelo empreendimento. Segundo PINHEIRO, 2006:

E se tantos são agentes, no “jogo de empurra” que acontece entre eles, nenhum é de fato o responsável por oferecer respostas às demandas da população atingida e por assumir a responsabilidade pelos problemas sociais e ambientais. Nesse território de incertezas, os movimentos de resistência

forjam suas formas de atuação e buscam o envolvimento e comprometimento de todos os agentes envolvidos com a construção, operação, financiamento, fiscalização e regulação de barragens.. (PINHEIRO, 2006 P. 103).

Quando falamos de atingidos, estamos falando de indivíduos, de pessoas que querem manter seu pedaço de terra para produzir, para viver, mas estamos falando também de uma organização política que aglutina toda essa diversidade de camponeses (agricultores, quilombolas, pescadores) e, às vezes, pessoas do meio urbano, em um único movimento que através da ação política gera a identidade de atingido.

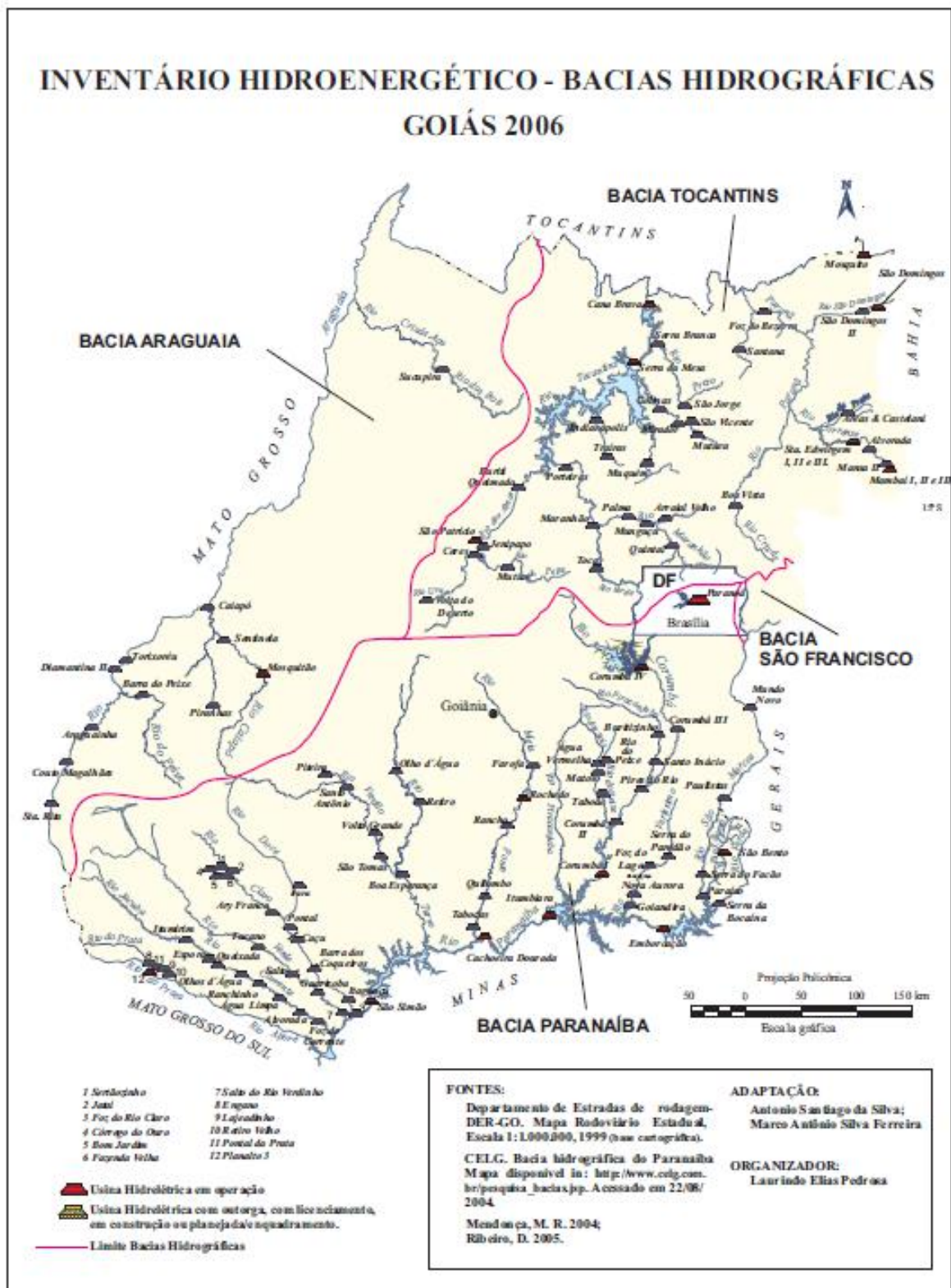
E, se é novo o cenário que está se desenhando, os atingidos por barragens continuam sofrendo os mesmos impactos, pois, como no “velho” modelo, as políticas são pensadas para o mercado, e não para beneficiar a população brasileira como um todo.

1.2. A Luta dos Atingidos em Goiás: um breve relato

A luta dos Atingidos por Barragens em Goiás não é diferente das demais regiões do país. O início da organização data de 1989, quando um movimento em defesa da população atingida pelo Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Bezerra, no rio Paranã, afluente do rio Tocantins, ganhou visibilidade. De lá para cá, muitos projetos foram elaborados para o estado e, desses, vários já foram construídos e representam hoje grandes desastres ambientais e sociais. Nesse contexto se encontram as Usinas Hidrelétricas (UHE) de Cana Brava e Serra da Mesa no norte do estado, ambas em operação, e nas quais, o MAB luta por indenizações justas. Na UHE Serra do Facão o movimento organizado existe há cerca de sete anos, com sua luta os atingidos resistiram à construção da barragem e conquistaram indenizações. Apesar da resistência da população atingida, a UHE Serra do Facão foi construída, o reservatório encontra-se em fase de enchimento e sua operação está prevista para iniciar em maio de 2010.

Podemos visualizar no mapa1 abaixo todas as barragens construídas e projetadas para o Estado de Goiás.

Mapa 1 – Usinas Hidrelétricas no Estado de Goiás.



Fonte: PEDROSA, Laurindo E. Impactos Territoriais e Ambientais. **O fazer político: Do conhecimento técnico e científico à construção de instrumentos de intervenção social em defesa da água, da natureza e da vida no Cerrado brasileiro - o caso das hidrelétricas.** Anais II ESCB: UFBA, Salvador, 2007

A Tabela 1, abaixo mostra a capacidade de geração das usinas hidrelétricas no Estado de Goiás e, destacadas em negrito, aquelas nas quais existe ou já existiu organização da população atingida no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Tabela 1 – Capacidade de geração das Usinas Hidrelétricas no Estado de Goiás⁴.

POT_ MW	BACIA	STATUS	UHE	MUNICIPIO	CURSO	EMPREENDEDOR
45.000.000	Alto Tocantins	Operacao	Cana Brava	Cavalcante/Minacu	Rio Tocantins	TRACTBEL
0.35000	Alto Tocantins	Operacao	Mambai	Sitio Dabadia	Rio Corrente	CELG
0.34000	Alto Tocantins	Operacao	Mosquito	Campos Belos	Rio Mosquito	CELG
1.434.000	Alto Tocantins	Operacao	Sao Domingos	Sao Domingos	Rio Sao Domingos	CELG
157.000	Alto Tocantins	Operacao	Sao Patricio	Rianapolis/Jaragua	Rio das Almas	CHESP
129.300.000	Alto Tocantins	Operacao	Serra da Mesa	Minacu/Colinas do Sul	Rio Tocantins	Consorcio VBC/ FURNAS
1.200.000	Alto Tocantins	Construcao	Mambai II	Sitio Dabadia	Rio Corrente	CPE-CCB- Construtora Marques Figueiredo
1.010.000	Alto Tocantins	Construcao	Santa Edwiges I	Buritinopolis/Mambai/ Posse	Corrego Piracanjuba	Centrais Eletricas Rio das Almas
1.210.000	Alto Tocantins	Construcao	Santa Edwiges II	Buritinopolis/Mambai	Rio dos Buritis	Centrais Eletricas Rio das Almas
650.000	Alto Tocantins	Construcao	Santa Edwiges III	Buritinopolis/Posse	Rio dos Buritis	Centrais Eletricas Rio das Almas
150.000	Alto Tocantins	Construcao	Sao Patricio (Ampliacao)	Rianapolis	Rio Sao Patricio	CHESP
160.000	Alto Tocantins	Projeto Basico em Elaboracao	Fazenda Santa Maria	Padre Bernardo	Corrego Angicos	Carlos Ferreira de Carvalho
1.100.000	Alto Tocantins	Projeto Basico em Elaboracao	Galheiros	Sao Domingos	Rio Galheiros	Brasil Pinho Consultoria e Com. Ltda
2.800.000	Alto Tocantins	Projeto Basico em Elaboracao	Sao Domingos II	Sao Domingos	Rio Sao Domingos	Brazil Power Corporation Ltda
14.200.000	Alto Tocantins	Viabilidade Aprovada	Buriti Queimado	Hidrolina/Sao Luiz do Norte	Rio das Almas	FURNAS SA
21.000.000	Alto Tocantins	Viabilidade em Elaboracao	Foz do Bezerra	Monte Alegre/Cavalcante/Terezina de Goias	Rio Parana	
12.500.000	Alto Tocantins	Viabilidade em Elaboracao	Maranhao	Vila Propicio/Mimoso/Padre Bernardo	Rio Maranhao	FURNAS SA
10.600.000	Alto Tocantins	Viabilidade em Elaboracao	Mirador	Niquelandia/Colinas do Sul/Sao Joao Dalianca	Rio Tocantinzinho	FURNAS SA - Energetica TECH - PCE-Schahin Eng.
400.000	Alto Tocantins	Inventario Aprovado	Piracanjuba Eixo 3	Buritinopolis/Posse	Corrego Piracanjuba	Centrais Eletricas Rio das Almas
8.600.000	Alto Tocantins	Inventario Aprovado	Porteiras	Niquelandia/Barro Alto	Rio Maranhao	FURNAS SA
1.600.000	Alto Tocantins	Inventario Aprovado	Sao Domingos III	Sao Domingos	Rio Sao Domingos	Brazil Power Corporation Ltda
2.800.000	Araguaia	Construcao	Caiapo 7	Arenopolis/Ipora	Rio Caiapo	Triton

⁴ O Estado de Goiás possui 27 empreendimentos do setor energético em operação, gerando 8,03 milhões de kW de potência. São 6 usinas hidrelétricas, 10 termelétricas, 4 PCHs (Pequena Central Hidrelétrica) e 5 CGHs (Central Geradora Hidrelétrica). Está prevista para os próximos anos adição de 1,4 milhão de kW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos 8 empreendimentos atualmente em construção e mais 21 com sua Outorga assinada.

			(Mosquitao)			Engenharia Ltda
15.000.000	Araguaia	Construcao	Couto Magalhaes	Santa Rita do Araguaia-GO/Alto Araguaia-MT	Rio Araguaia	Consortio Ener-Rede Couto Magalhaes
1.610.000	Araguaia	Construcao	Piranhas	Piranhas	Rio Piranhas	Performace Recursos Humanos & Ass. Empresarial Ltda
820.000	Araguaia	Projeto Basico em Elaboracao	Bonito I	Arenopolis/Palestina de Goias	Rio Bonito	Triton Energia Ltda
500.000	Araguaia	Projeto Basico em Elaboracao	Bonito II	Arenopolis/Palestina de Goias	Rio Bonito	Triton Energia Ltda
1.520.000	Araguaia	Projeto Basico em Elaboracao	Caiapo 5	Arenopolis/Ivolandia	Rio Caiapo	Triton Energia Ltda
1.800.000	Araguaia	Projeto Basico em Elaboracao	Foz do Paraiso	Doverlandia	Rio do Peixe	Encalco Construcoes Ltda
1.400.000	Araguaia	Projeto Basico em Elaboracao	Paraiso	Caiaponia	Ribeirao Paraiso	Encalco Construcoes Ltda
1.200.000	Araguaia	Projeto Basico em Elaboracao	Peixe	Caiaponia	Rio do Peixe	Encalco Construcoes Ltda
40.800.000	Araguaia	Viabilidade em Elaboracao	Torixoreu	Baliza-GO/Torixoreu-MT	Rio Araguaia	Desenvix SA
700.000	Araguaia	Inventario Aprovado	Bonito III	Arenopolis/Palestina de Goias	Rio Bonito	
400.000	Araguaia	Inventario Aprovado	Caiapo 1	Caiaponia	Rio Caiapo	
1.330.000	Araguaia	Inventario Aprovado	Caiapo 10	Arenopolis/Montes Claros de Goias	Rio Caiapo	
220.000	Araguaia	Inventario Aprovado	Caiapo 2	Caiaponia	Rio Caiapo	
340.000	Araguaia	Inventario Aprovado	Caiapo 3	Caiaponia/Ivolandia	Rio Caiapo	
640.000	Araguaia	Inventario Aprovado	Caiapo 4	Palestina de Goias/Ivolandia	Rio Caiapo	
1.150.000	Araguaia	Inventario Aprovado	Caiapo 6	Arenopolis/Ipora	Rio Caiapo	
1.240.000	Araguaia	Inventario Aprovado	Caiapo 8	Arenopolis/Diorama	Rio Caiapo	
1.280.000	Araguaia	Inventario Aprovado	Caiapo 9	Arenopolis/Montes Claros de Goias	Rio Caiapo	
1.400.000	Araguaia	Inventario Aprovado	Santa Rita	Santa Rita do Araguaia	Rio Araguaia	
65.800.000	Paranaiba	Operacao	Cachoeira Dourada	Cachoeira Dourada	Rio Paranaiba	ENDESA
37.500.000	Paranaiba	Operacao	Corumba	Caldas Novas/Corumbaiba	Rio Corumba	FURNAS SA
119.200.000	Paranaiba	Operacao	Emborcacao	Catalao-GO/Araguari-MG	Rio Paranaiba	CEMIG
212.400.000	Paranaiba	Operacao	Itumbiara	Itumbiara	Rio Paranaiba	FURNAS SA
400.000	Paranaiba	Operacao	Rochedo	Piracanjuba	Rio Meia Ponte	CELG
171.000.000	Paranaiba	Operacao	Sao Simao	Sao Simao	Rio Paranaiba	CEMIG
9.000.000	Paranaiba	Construcao	Barra dos Coqueiros	Cachoeira Alta/Cacu	Rio Claro de Jatai	Alcan Alumínio
6.500.000	Paranaiba	Construcao	Cacu	Cachoeira Alta/Cacu	Rio Claro de Jatai	Alcan Alumínio
9.360.000	Paranaiba	Construcao	Corumba III	Luziania	Rio Corumba	Energetica Corumba III SA
12.700.000	Paranaiba	Construcao	Corumba IV	Luziania	Rio Corumba	Consortio Corumba Concessoes SA
3.200.000	Paranaiba	Construcao	Espora	Apore/Serranopolis/Itaruma	Rio Corrente	Fuad Rassi Engenharia Ind. e Com. Ltda
7.200.000	Paranaiba	Construcao	Foz do Rio Claro	Cacu/Sao Simao	Rio Claro de Jatai	Fuad Rassi Engenharia Ind. e Com. Ltda

5.000.000	Paranaíba	Construção	Itumirim	Apore/Serranópolis	Rio Corrente	Companhia Energética Itumirim
3.300.000	Paranaíba	Construção	Olho Dagua	Itaja/Itaruma	Rio Corrente	J. Malucelli Construtora de Obras
10.800.000	Paranaíba	Construção	Salto	Itaruma/cacu	Rio Verde	Triunfo Participações e Investimentos Ltda
9.300.000	Paranaíba	Construção	Salto do Verdinho	Itaruma/cacu	Rio Verde	Triunfo Participações e Investimentos Ltda
21.000.000	Paranaíba	Construção	Serra do Facao	Catalão/Davinópolis	Rio São Marcos	Empresas Associadas Serra do Facao
15.000.000	Paranaíba	Projeto Básico Aprovado	Bocaina	Davinópolis- GO/Abadia dos Dourados-MG	Rio Paranaíba	CEMIG
2.700.000	Paranaíba	Projeto Básico Aprovado	Goiandira	Nova Aurora/Goiandira	Rio Veríssimo	Performace Centrais Hidroelétricas Ltda
2.100.000	Paranaíba	Projeto Básico Aprovado	Nova Aurora	Nova Aurora/Goiandira	Rio Veríssimo	Performace Centrais Hidroelétricas Ltda
1.800.000	Paranaíba	Projeto Básico Aprovado	Retiro Velho	Apore- GO/Cassilandia-MS	Rio da Prata	Araguaia Centrais Elétricas Ltda
2.800.000	Paranaíba	Projeto Básico em Elaboração	Jataí	Jataí	Rio Claro de Jataí	Araguaia Centrais Elétricas Ltda
1.700.000	Paranaíba	Projeto Básico em Elaboração	Planalto	Apore- GO/Cassilandia-MS	Rio Apore	Araguaia Centrais Elétricas Ltda
1.040.000	Paranaíba	Projeto Básico em Elaboração	Pontal da Prata	Apore/Chapadão do Ceu	Rio da Prata	Performace Centrais Hidroelétricas Ltda
1.000.000	Paranaíba	Projeto Básico em Elaboração	Rochedo (Ampliação)	Piracanjuba	Rio Meia Ponte	CELG
1.400.000	Paranaíba	Projeto Básico em Elaboração	Sertãozinho	Jataí	Rio Claro de Jataí	Araguaia Centrais Elétricas Ltda
13.000.000	Paranaíba	Viabilidade Aprovada	Itaguassu	Cacu/São Simão	Rio Claro de Jataí	Consórcio Itaguassu
8.100.000	Paranaíba	Viabilidade em Elaboração	Paulistas	Cristalina- GO/Paracatu-MG	Rio São Marcos	FURNAS SA
9.900.000	Paranaíba	Viabilidade em Elaboração	Pontal	Cachoeira Alta/Cacu	Rio Claro de Jataí	Fuad Rassi Engenharia Ind. e Com. Ltda
3.450.000	Paranaíba	Inventário Aprovado	Água Limpa	Itaja/Itaruma	Rio Corrente	CELG/THEMA G
4.480.000	Paranaíba	Inventário Aprovado	Alvorada Baixo	Itaja/Itaruma	Rio Corrente	CELG/THEMA G
6.200.000	Paranaíba	Inventário Aprovado	Ari Franco	Aparecida do Rio Doce/Cacu	Rio Claro de Jataí	
800.000	Paranaíba	Inventário Aprovado	Engano	Apore	Rio da Prata	Araguaia Centrais Elétricas Ltda

4.950.000	Paranaíba	Inventario Aprovado	Foz do Corrente	Itaja/Itaruma	Rio Corrente	CELG/THEMA G
3.600.000	Paranaíba	Inventario Aprovado	Foz do Laje II	Ipameri/Catalao	Rio Verissimo	Performace Centrais Hidroeletricas Ltda
7.400.000	Paranaíba	Inventario Aprovado	Guariroba	Itaruma/Cacu	Rio Verde	CELG/THEMA G
490.000	Paranaíba	Inventario Aprovado	Lajeadozinho	Apore	Rio da Prata	Araguaia Centrais Eletricas Ltda
6.700.000	Paranaíba	Inventario Aprovado	Mundo Novo	Cristalina	Rio Sao Marcos	FURNAS SA
4.100.000	Paranaíba	Inventario Aprovado	Paraiso	Ouvidor/Davinopolis	Rio Sao Marcos	FURNAS SA
1.200.000	Paranaíba	Inventario Aprovado	Paredao II	Ipameri/Campo Alegre de Goias	Rio Verissimo	Performace Centrais Hidroeletricas Ltda
3.500.000	Paranaíba	Inventario Aprovado	Queixada	Apore/Itaruma	Rio Corrente	CELG/THEMA G
2.440.000	Paranaíba	Inventario Aprovado	Ranchinho	Itaja/Itaruma	Rio Corrente	CELG/THEMA G
15.700.000	Paranaíba	Inventario Aprovado	Tucano	Itaruma/Cacu	Rio Verde	CELG/THEMA G
10.500.000	Sao Francisco	Construcao	Queimado	Cristalina-GO/Unai- MG	Rio Preto	Companhia Energetica de Brasilia e CEMIG
2.600.000	Paranaíba	Projeto Basico Aprovado	Irara	Rio Verde/Jatai	Rio Doce	Araguaia Centrais Eletricas AS

Fonte: Adaptado de Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás - SIEG

Elaboração: Evandro Nesello

Nota: http://www.sieg.go.gov.br:81/i3geo/aplicmap/inter_sieg.htm?5b61f2a080e0016deeff5e0f3de58edc em 07/03/2010 as 11:00 Hs.

Localizada no rio Tocantins e sob a responsabilidade do consórcio formado por Furnas Centrais Elétricas S.A., Votorantin Cimentos, Banco Bradesco e Construtora Camargo Corrêa, as obras da UHE Serra da Mesa foram concluídas em 1997, com potência instalada de 1.275 mW. Com um volume de água de 54,4 milhões de metros cúbicos e um espelho d'água de 1.784 quilômetros quadrados, o reservatório de Serra da Mesa é atualmente considerado o maior da América Latina. Suas águas inundaram áreas nos Municípios goianos de Uruaçu, Campinorte, Colinaçu, Cavalcante, Barro Alto, Minaçu e Campinaçu e atingiram mais de 1800 famílias.

A organização dos atingidos na região de Serra da Mesa se desestruturou com o pagamento de indenizações a alguns proprietários em detrimento de outros. Essa tática utilizada pelas empresas *barrageiras* é muito comum, pois lança a desconfiança entre os atingidos para prejudicar sua organização e luta, além de desmoralizar e desqualificar as lideranças. As empresas jogam com a desinformação dos atingidos e buscam destruir sua organização coletiva. No entanto, algumas lideranças ainda trabalham para a reorganização da

luta na região, já que existem muitos atingidos que nada receberam. A grande dificuldade na organização do movimento é o fato dos atingidos residirem em várias cidades diferentes, tornando-se um entrave para a organização.

Também no rio Tocantins, 50 quilômetros a montante de Serra da Mesa, encontra-se a Usina Hidrelétrica de Cana Brava, na divisa entre os Municípios goianos de Minaçu e Cavalcante. O projeto foi implantado pela Companhia Energética Meridional (CEM), subsidiária da Tractebel Energia S.A., multinacional franco-belga, e entrou em operação em maio de 2002. Possui capacidade instalada de 450 mW e uma linha de transmissão de 230 kV, com 50 quilômetros de extensão, que a conecta com a UHE Serra da Mesa. A formação de seu reservatório de aproximadamente 139 quilômetros quadrados resultou na perda de 125 quilômetros quadrados de terra. Com relação à população atingida, o que não é nenhuma particularidade do caso, os números variam conforme as fontes consultadas, estando entre 258 famílias e mais de 1.000 famílias. Suas águas atingiram essencialmente populações rurais dos Municípios de Minaçu, Cavalcante e Colinas do Sul. Vale ressaltar o caso do povoado designado Limoeiro, em Cavalcante, formado por cerca de 40 famílias remanescentes de quilombo, denominados Calunga, que foi quase completamente inundado. A forma de indenização dada às famílias foi uma carta de crédito, rural ou urbana, no valor de R\$ 5.300,00. Muitas mudaram-se para a periferia de Minaçu e atualmente encontram dificuldades em garantir seu sustento.

O projeto da UHE Cana Brava se iniciou na década de 1980, quando foram realizados os primeiros levantamentos e estudos de impacto ambiental, ainda sob a responsabilidade de Furnas. No entanto, a organização da população atingida se efetiva em finais da década de 1990 e início do ano 2000. Segundo PINHEIRO, 2006 mais uma vez a empresa vende a idéia do desenvolvimento e do progresso à população da região.

As primeiras notícias de que enfim se construiria a barragem projetada para a região foram trazidas por funcionários da CEM, em 1998. Na época, segundo relatos, a propaganda veiculada era de que a barragem traria o “desenvolvimento” e que as pessoas atingidas receberiam “boas” indenizações pela perda de suas terras, benfeitorias e condições de trabalho. Porém, como tem ocorrido quase sempre na implantação e operação de grandes projetos hidrelétricos, a construção de uma usina hidrelétrica e a formação de um grande reservatório provocaram mudanças nas tradicionais formas de organização social e dinâmica de sua área de implantação, repercutindo de forma negativa sobre as modalidades de sobrevivência e as condições de vida da população, disseminando e aprofundando a pobreza e a desestruturação social. (PINHEIRO, 2006, P. 63)

O início da organização, mesmo que desordenada, se deu pelo desespero e medo dos atingidos em perder suas terras, pois as obras andavam a todo “vapor”, e os atingidos não tinham nenhuma informação de como e quando seriam as negociações. Os atingidos percebem que se não se organizarem para lutar pelos seus direitos poderiam perder o que tinham. Por incrível que pareça foi através de um operário das obras que ele ficaram sabendo da existência do MAB "*que é organizador de região de barragem*" (PINHEIRO, 2006. P. 92) e resolveram contatar o Movimento nacional.

A partir de então, muitas foram às mobilizações e lutas em busca dos direitos dos atingidos, já que as obras foram concluídas e centenas de famílias não tiveram seus direitos reconhecidos, lhes sendo negada sua dignidade.

Os expropriados ocuparam terrenos da Prefeitura de Minaçu e ergueram barracos de lona para morar, retornando à luta no interior do MAB. A história agora é outra, os atingidos que haviam perdido suas terras, casas, trabalho, modo de vida e sonhos, quando não tinham mais nada a perder, viram na reconstrução do MAB a única solução para conseguir resgatar a dignidade roubada. Dessa forma, hoje o MAB de Cana Brava é um dos mais bem estruturados do Estado de Goiás e já realizou vários atos, como a ocupação da casa de máquinas da hidrelétrica, a participação em diversos cursos de formação elaborados pela Coordenação Nacional do MAB. Nesse momento, sua maior luta é fazer com que a TRACTEBEL reconheça os direitos dos atingidos, e ainda que as negociações se dêem de forma coletiva, pois essa é a única forma das empresas barrageira respeitarem e reconhecerem os atingidos enquanto pessoas e não como obstáculos a serem removidos.

A negociação coletiva pode ser considerada como um dos principais objetivos perseguidos pelos movimentos de atingidos. Parte da consciência de que é necessário unir forças para fazer frente ao grande poder, político e econômico, detido por aqueles cujo interesse é a construção de grandes projetos hidrelétricos e a máxima valorização de seu capital investido. (PINHEIRO, 2006, P. 97).

Segundo a Rede Coalizão Rios Vivos⁵ a energia produzida por Cana Brava estaria direcionada para os Estados da região Centro-Oeste e para o Nordeste, em especial a Bahia, e seria transportada através do Linhão Centro-Oeste/Nordeste, que partiria da subestação localizada ao lado de Serra da Mesa. O Tocantins é o principal sistema de rios do cerrado brasileiro da parte oriental da região Amazônica e ~~que~~ a construção de Cana Brava afetou vários ecossistemas do Cerrado. Cana Brava é um dos oito projetos hidrelétricos nos rios Tocantins e Araguaia relacionados à duplicação da capacidade de Tucuruí. Ainda segundo

⁵ - Entidade que reúne centenas de organizações não governamentais, comunidades, instituições de pesquisa, cientistas, sendo uma das mais importantes redes da América Latina.

informações de (PINHEIRO,2006), na bacia do Tocantins há muitas outras barragens projetadas:

Em toda a bacia do rio Tocantins, considerados todos os projetos em operação, inventário ou construção, são 56 barragens. Se levarmos em consideração toda a região do Araguaia-Tocantins esse total passa para 81 barragens, além de projetos hidroviários e de transposição de bacias. Para essa série de empreendimentos não foram feitos quaisquer estudos de impactos cumulativos, por parte do governo brasileiro ou de empresas atuantes, que dimensione os efeitos sobre ecossistemas e populações da conversão de um sistema vivo de rios em uma seqüência de reservatórios estagnados. (PINHEIRO, 2006, P. 54).

Conclui-se que a luta nessa região ainda permanecerá por muito tempo. Dependerá da organização e força política do MAB na organização da população atingida.

A Usina Hidrelétrica (UHE) Serra do Facão está localizada no rio São Marcos, entre os municípios de Catalão e Davinópolis, foi licenciada junto com um pacote de novas hidrelétricas para solucionar o problema de *falta de energia*, em meio à crise energética de 2001, no governo Lula, e atualmente é parte do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC). Seguindo a esteira da privatização do Setor Elétrico, inicialmente a concessão foi dada ao consórcio GEFAC (Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão) formado por (Alcoa Alumínio, Votorantin Cimentos Ltda, DME Energética, Camargo Correia e Companhia Brasileira de Alumínio). Posteriormente, formou-se um novo consórcio, o SEFAC - Serra do Facão Energia S.A, sendo acionárias Furnas Centrais Elétricas, com 49, 7% de participação; Alcoa Alumínio S.A., com 34,97 %; DME Energética, com 10,09% e Camargo Corrêa Energia S.A., com 5, 46% do total de ações.

Com potência instalada de 210 mW, as obras da UHE foram iniciadas em 2006 e finalizadas em 2009. O reservatório atingiu áreas dos Municípios goianos de Catalão, Campo Alegre de Goiás, Cristalina, Divinópolis e Ipameri, e do Município mineiro de Paracatu.

O rio São Marcos, último afluente da margem esquerda do rio Paranã que não tinha barramento, tem como tributários cursos d'água que nascem no alto do Chapadão de Santo Antônio do Rio Verde, onde estão localizadas as grandes fazendas produtoras de soja, trigo, e café, como atividades principais. Segundo (NASCIMENTO E ALVES, 2006), há ainda programadas para o rio São Marcos outras três barragens:

A alternativa escolhida de divisão da queda contempla quatro aproveitamento denominados Paraíso, Serra do Facão, Paulistas e Mundo Novo, de jusante para montante. A atratividade econômica de AHE Serra do Facão se viabiliza na operação integrada ao Sistema Interligado Nacional,

pertencendo, em função de 9 Subsidiária da Holding Eletrobrás. (NASCIMENTO E ALVES, 2006, P. 12).

A organização dos atingidos pela barragem de Serra do Facão se inicia antes do início das obras, em 2001, também como apoio da Igreja Católica, da CPT e professores e alunos da Universidade Federal de Goiás (UFG) de Catalão. Destacando que a barragem Serra do Facão era uma das obras prioritárias do Programa de Aceleração e Crescimento do Governo Federal (PAC). (NASCIMENTO E ALVES, 2006) colocam bem o ocorrido na região:

A situação dos camponeses que agora são sujeitos da luta, de conquistas e derrotas, é sensivelmente diferente da situação que se encontravam antes de se organizarem. Organizados em grupos de base, os atingidos promoveram, em novembro de 2002, o I Encontro de Formação de Lideranças de Serra do Facão, em Catalão. Esse encontro foi decisivo na consolidação do MAB na região, pois possibilitou aos atingidos, maior compreensão do modelo energético e das políticas internacionais que controlam esse setor. Resultado deste encontro foi à criação do Boletim Informativo MAB, já com três números publicados. O Boletim informa os passos do movimento e denuncia os atos da empresa. De lá para cá, várias reuniões, atos públicos (passeatas) e denúncias em órgãos públicos foram realizadas. (NASCIMENTO E ALVES, 2006, P. 13).

O MAB em Serra do Facão foi um movimento muito forte e organizado. Lutou de forma aguerrida contra a construção da barragem, chegando a atrasar o cronograma da obra em dois anos. A empresa (Camargo Corrêa) afastou-se da região. Voltando dois anos depois.

Esse tempo de calma fez com que os atingidos parassem de se movimentar, pois precisava retomar suas atividades no campo, plantar, enfim, retomar o trabalho na propriedade que havia passado dois anos quase que abandonada, devido às diversas lutas e atividades de formação.

Quando a SEFAC retoma as obras, vêm fortemente articulada e pronta para combater e enfraquecer o MAB e as lideranças locais, pois já conhecia suas estratégias, seja aqui, seja em outras regiões do país. Inclusive, a equipe social da SEFAC era a mesma que havia atuado nas UHEs de Ita, Machadinho e Barra Grande. Ou seja, onde o MAB é bem organizado e forte politicamente.

Como os atingidos estavam em “tempos de calma” e a empresa chega bem preparada, ela consegue cooptar diversas lideranças locais e desarticular toda a pauta construída pelo MAB nos cinco anos de luta empreendidos. A barragem Serra do Facão é construída, a população atingida é indenizada e removida da área. Apesar de todas as famílias consideradas como atingidas pelo empreendedor terem sido indenizadas, as indenizações não condisseram com os altos preços da terra, devido ao inflacionamento do preço das terras, fato comum observado em todos os lugares onde uma barragem é construída. Hoje o lago da

barragem está sendo formado e os atingidos vivem o desespero e a tristeza de terem sua história submersa por mais uma barragem. E as outras barragens projetadas no rio São Marcos caminham a “todo vapor”. Mas a história do MAB na região não se encerra aqui... A luta continua!

Foto 1 – Reservatório da Usina Hidrelétrica de Serra do Facão em fase de enchimento.



Fonte : Evandro Nesello, Sandra Alves em visita a campo 22/11/2009.

Foto 2 – Foto da propriedade que foi de Eurípedes e Silvia. Hoje submersa.



Fonte: Evandro Nesello, Sandra Alves em visita a campo 24/02/2009.

Fotos 3 – Placa colocada pelos Atingidos sobre a Ponte Carapina no município de Catalão/GO. Hoje submersa.



Fonte: Evandro Nesello, Sandra Alves, em visita a campo. 22/02/2009

II A RELAÇÃO MINERAÇÃO X CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS EM GOIÁS

A extração e industrialização de produtos minerais em Goiás iniciam-se na era colonial, a partir do surto do ouro e das pedras preciosas. Na primeira metade do século XX, a extração do minério variava entre o níquel e o amianto. No entanto, com o advento da construção das cidades de Brasília e Goiânia, além da expansão da agricultura capitalista no campo goiano, observa-se outras mudanças nessa realidade. Segundo Sevá Filho (SEVÁ FILHO et al; 2004), o grande consumo de cimento, cal e outros materiais fizeram com que a extração de minerais e a construção de barragens a partir do Século XX disparassem em Goiás.

(...) e aí se destacam a construção de duas novas capitais no Planalto Central goiano: Goiânia e Brasília, e a construção de obras de engenharia, inclusive as grandes hidrelétricas nos rios Paranaíba e Tocantins. Delineamos a importância dos produtos minerais para correção de solo (calcários) e para nutrição sintética de plantas (fosfatos), que se correlacionam com uma rápida modernização agrícola de uma parte das terras goianas, convertida para o “agrobusiness” e a agroindustrialização. (SEVÁ FILHO et al; 2004, P.01)

A fim de melhor compreendermos esse processo, será necessário resgatar alguns acontecimentos e fatos ocorridos durante o processo de eletrificação em Goiás. Semelhante ao que ocorreu em outras partes do país, nesse estado, a energia chegou primeiro nos lugares mais desenvolvidos economicamente, onde o retorno do capital investido fosse rápido e os lucros garantidos.

Entre os anos de 1940 e 1950, os primeiros locais a receber energia elétrica do sistema atual, foram a ex-capital Vila Boa de Goyaz, a nova capital Goiânia e os pólos agrícolas de Ceres, Jataí e Anápolis. E ainda:

Outras cidades, localizadas próximas de atividades mineradoras que, em meados do século XX, passaram a ser feitas em maior escala do que os antigos garimpos da era colonial ou imperial. (SEVÁ FILHO et al; 2004, P.03)

Seguindo a lógica expansionista das grandes empresas e da estruturação da produção, as distribuidoras estaduais foram seguindo com o processo de eletrificação em Goiás.

Como nos lembra Sevá Filho (SEVÁ FILHO et al; 2004), o território goiano possui características tais como apresentar a formação de cristas rochosas e serras com altitudes superiores a 1000 metros, sobre um planalto de chapadões, cercado por vales e banhado por três grandes rios (Paranaíba, Araguaia e Tocantins), que o tornam um estado com grande

potencial hidrelétrico. A maior parte de seus rios já foi barrado em algum trecho para a construção de hidrelétricas.

2.1. A febre barrageira nos Rios Goianos

Para cada grande rio, há um motivo ou explicação para sua utilização enquanto fonte hidrelétrica. Baseados em Sevá Filho (SEVÁ FILHO et al; 2004) citaremos alguns.

O primeiro a sofrer com o surto de construção de hidrelétricas foi o rio Paranaíba, por se localizar próximo ao centro consumidor e gerador de renda no Sudeste. Conseqüência disso é que o rio contém grandes empreendimentos como Emborcação, Itumbiara, São Simão e Cachoeira Dourada⁶, todos conectados ao mercado Sudeste – Sul – Centro-Oeste.

O rio Corumbá, principal afluente do Paranaíba também não ficou de fora do surto de obras⁷, além de seus afluentes como o rio São Marcos, o rio Meia Ponte, os rios Verdão e Verdinho, o Claro, o Corrente, que também estão invadidos com projetos de usinas de pequeno e médio porte em diversas fases (projeto, construção ou em operação). Destacamos aqui o rio São Marcos que possui projetadas três barragens de médio porte, sendo a barragem Serra do Facão a primeira a ser construída, estando em operação desde 2009. No rio Tocantins já foram construídas as duas maiores obras: Serra da Mesa e Canabrava. Há ainda em seus tributários como o Paranã, Tocantzinho, rio das Almas e Uru vários projetos para construção de diversas barragens de médio e pequeno porte. É importante destacar aqui que

“A usina Serra da Mesa garante o suprimento de eletricidade para as indústrias eletrointensivas de níquel e de amianto, nas cidades de Niquelândia e Minaçu, respectivamente. Sabe-se que houve um reforço na confiabilidade do sistema após a operação da usina Cana Brava, e que há assim alguma garantia de que tais eletrointensivos podem ser ampliados, ou que possam ser instaladas outras indústrias ou mineradoras na região, com uma margem de segurança no abastecimento de energia” (ARAÚJO;2003, P. 118)

Por fim, temos o rio Araguaia, o menos barrado, no qual apenas uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) foi construída, localizada acima da cidade de Santa Rita. Há, porém, projetos já licitados de médio e pequeno porte para esse rio que, por enquanto, em grande parte corre livremente.

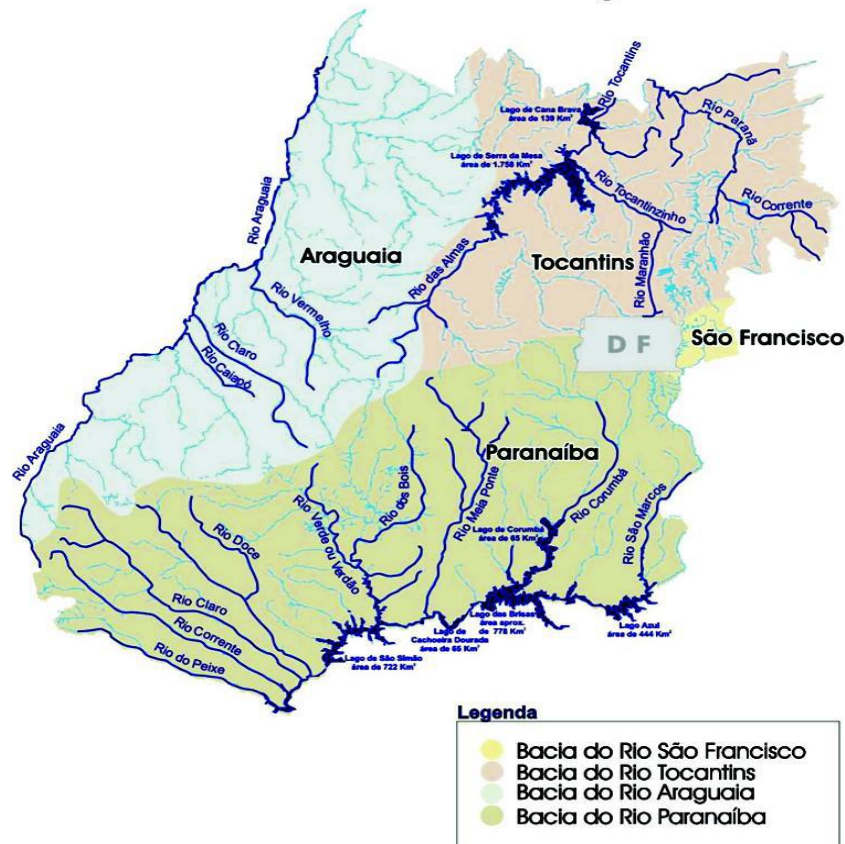
No mapa podemos visualizar bem os rios e bacias citadas acima.

⁸- Cachoeira Dourada era estatal e foi vendida para o grupo espano-chileno Endesa, na década de 1990.

⁷ Ver tabela acima das usinas Hidrelétricas em Goiás.

MAPA 1 - BACIAS HIDROGRAFICAS NO ESTADO DE GOIÁS

ESTADO DE GOIÁS - Bacias Hidrográficas



Fonte: www.seplan.go.gov.br/.../tabela11.htm. Data: 26/02/2010.

Ainda de acordo com Sevá Filho (SEVÁ FILHO et al; 2004), segundo dados da ANEEL de 2003, a potência instalada em usinas no Estado de Goiás; atinge mais de 8.000 Megawatts, considerando-se também as usinas localizadas na fronteira com o Estado de Minas Gerais, pertencentes às Centrais Elétricas de Minas Gerais - CEMIG e à Furnas Centrais Elétricas (Emborcação, Itumbiara e São Simão), – ou algo equivalente a 9,5 % da capacidade nominal total instalada no país, de 84.550 Megawatts em 2003.

2.2. As Formas de Mineração no Estado de Goiás e sua Relação com os Grandes Empreendimentos Hidrelétricos.

A antiga capital da província de Goiás, Vila Boa de Goyaz, se consolidou em uma região de significativa atividade de garimpo de ouro no Século XVIII. Da mesma forma ocorreu na maioria das ocupações não indígenas em Goiás, que ocorreram com a chegada dos bandeirantes, tendo por objetivo a exploração do ouro e outros minérios. A ocupação em

Goiás foi intensa apenas nas regiões de exploração do ouro, localizadas no centro-sul do estado.

Com o declínio da mineração no início século XIX as áreas antes intensamente exploradas entram em um processo de estagnação e retrocesso econômico e populacional. A partir daí, se firma a agricultura de subsistência, o comércio de pequeno porte e a pecuária. Décadas mais tarde surge um segundo surto de *desenvolvimento* com a agricultura capitalista com forte apoio estatal. Além das chamadas colônias agrícolas, foi construída na década de 1930 a ferrovia que ligava São Paulo e Minas Gerais a Anápolis e Goiânia. A partir do século XX, com o avanço da industrialização no estado, a exploração mineral avança para além do garimpo, e se torna um importante ramo da indústria.

A estrutura produtiva agroindustrial no Planalto Central Goiano estava se modernizando rapidamente, a construção civil avançava com a abertura e pavimentação de rodovias (nos anos 1950, a Belo Horizonte-Brasília e a Brasília-Goiânia-Rio Verde-Jataí-Rondonópolis-Cuiabá; e a Anápolis-Belém, depois a Brasília-Salvador). As regiões agropecuárias mais expressivas urbanizavam-se de modo peculiar com vilarejos e sedes municipais bem próximos entre si, numa rede urbana até hoje diferenciada do restante do Centro Oeste. Neste panorama, como evoluiu a atividade mineradora? Após alguns séculos, durante os quais esteve associada aos bandeirantes, escravizadores de índios e aos bandos de garimpeiros e aventureiros, a mineração agora torna - se um campo de ação de empresas de tipo industrial, com processos de trabalho que podem cobrir várias etapas da cadeia produtiva, envolvendo a prospecção, a lavra de minérios, seu beneficiamento *in loco*, seu transporte, sua concentração em compostos e insumos básicos. (CARVALHO; 1988, P. 65)

A partir dessa chamada modernização da mineração, tudo é feito e organizado para dar mais lucros e diversificar a produção de mercadorias a partir dos vários tipos de minérios explorados, ~~como~~, por exemplo, metais como o níquel; não metais, como o amianto e o calcário; além compostos inorgânicos, como o cal e cimento; e insumos agrícolas, como o fosfato, dentre outros. Na tabela abaixo segue os minérios explorados no estado de Goiás:

Tabela 2: Produção das Principais Substâncias Mineraias no Estado de Goiás – Período 2003/2007

ESTADO DE GOIÁS: Produção das principais substâncias mineraias – 2003 - 07					
Substância	Produção (t)				
	2003	2004	2005	2006	2007
Água mineral (1)	58.714.309	58.342.494	50.970.970	74.417.392	125.274.314
Amianto (2)	231.117	252.067	236.047	227.304	254.204
Calcário (3)	481.983	986.709	867.232	912.774	998.094
Calcário Agrícola	1.237.276	2.340.853	1.406.565	1.594.028	2.244.275

Cobalto	700	1.217	1.225	949	2.725
Cobre	2.622	1.432	2.008	4.490	60.936
Esmeralda (4)	44.567	36.816	21.094	6.726	8.276
Fosfato	2.846.727	2.171.966	2.377.478	2.312.562	2.118.140
Ouro (4)	7.163	8.552	9.499	7.854	11.560
Nióbio	3.308	3.602	3.986	4.845	4.702
Níquel (5)	24.815	26.390	30.712	31.717	33.397
Vermiculita	12.970	13.001	14.625	18.415	16.732
Fonte: Departamento Nacional da Produção Mineral.					
Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2009					
(1) Em mil litros		(4) Em kg			
(2) Fibras de amianto		(5) Níquel contido na liga de ferro níquel e no carbonato de níquel			
(3) Calcário para cimento					

E assim, desde meados do século XX, vimos chegar em Goiás algumas empresas mineradoras, proclamando-se como portadoras do progresso, do desenvolvimento. Nos anos 1970, com a implantação das primeiras grandes minas de níquel no centro do então Estado de Goiás, e de fosfatos na porção Sudeste, os relatórios oficiais falavam novamente na mineração como sendo a maior contribuição, dentre todos os setores, para o desenvolvimento de Goiás. (SEVÁ FILHO 2004, P. 12).

Para que o setor de mineração se tornasse essa potencia em Goiás, os governos tanto estadual como federal não pouparam recursos para promover a modernização dessas indústrias. Sevá Filho (SEVÁ FILHO et al; 2004) nos mostra um excelente exemplo, ou anti-exemplo, desses gastos feitos.

Um bom anti-exemplo, aliás, é o dos subsídios impostos pelo governo federal às custas das empresas estaduais de eletricidade, para favorecer grupos econômicos nacionais e estrangeiros grandes consumidores de eletricidade, por exemplo, as mineradoras. A CELG cobrava do governo federal, em Junho de 2003, cerca de 200 milhões de reais, que foram descontados na conta mensal de energia da empresa Codemin, em Niquelândia, GO; o que foi considerado uma forma de subsídio, desde 1993 até maio de 2004, quando o mecanismo foi suspenso por uma liminar atendendo à petição da CELG. (SEVÁ FILHO, 2004, P. 14).

Tabela 3 – Principais Investimentos em Mineração no Estado de Goiás a partir de 2001

PRICIPAIS INVESTIMENTOS NA MINERAÇÃO EM GOIÁS A PARTIR DE 2001			
EMPRESA/GOVERNO	INVESTIMENTOS (R\$)	SUBSTANCIA	LOCALIDADE
Votorantim Metais	2,0 Bilhões	Ni,Cu,Co,Al,PB e Zn	Niquelândia, Crixás, Hidrolina, Montes Claros, Americano do Brasil
Anglo American Metais	1,9 Bilhões	Níquel	Barro Alto
Coperbrás	500 Milhões	Fosfato	Catalão
Fosfértil	300 Milhões	Fosfato	Catalão
Yamana Gold Mineração Maracá	450 Milhões	Cobre e Ouro	Alto Horizonte
Yamana Gold Mineração Bacilândia	60 Milhões	Ouro	Fazenda Nova

Prometálica	70 Milhões	Ni, Cu e Co	Americano do Brasil
Sertão Mineração	60 Milhões	Ouro	Faina
Sama	20 Milhões	Amianto – crisotila	Minaçú
Misturadoras de Adubos	40 Milhões	Fertilizantes	Catalão
Min. Será Grande	100 Milhões	Ouro	Crixás
Min. Curimbaba	500 Milhões	Bauxita	Barro Alto
FUNMINERAL	50 Milhões	Financiamento a P&M mineração e Lev. Aerogeof	Todo o Estado de Goiás

Fonte: Adaptado de O Encontro Empresarial pela Águas em Goiás. **A Mineração no Estado de Goiás.** Luiz Medeiros Pinto (Secretário de Estado da Indústria e Comércio) e Luiz Fernando Magalhães (Superint. De Geologia e Mineração/SIC). Goiânia, Julho de 2008.
Elaboração: Evandro Nesello.

Tabela 4 – Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais no Estado de Goiás, Centro Oeste e Brasil

Tabela 4 - ESTADO DE GOIÁS, Centro-Oeste e Brasil:		Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) – 2004 - 08			
(R\$ mil)					
Ano	Goiás	Centro-Oeste	Brasil	Participação (%)	
				GO / CO	GO / BR
2004	14.314	21.483	295.270	66,63	4,85
2005	15.253	23.267	405.545	65,56	3,76
2006	16.044	24.896	465.128	64,44	3,45
2007	35.279	45.793	547.208	77,04	6,45
2008	45.323	63.137	857.819	71,78	5,28

Fonte: Departamento Nacional da Produção Mineral.
Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2009.

Hoje a CELG (Centrais Elétricas de Goiás) é uma empresa em dificuldades financeiras”, acumulando dívidas junto aos governos estadual e federal. Estando, inclusive, impossibilitada de receber recursos do governo federal, até mesmo do programa *Luz para Todos*, paralisado em boa parte do estado, já que a CELG também não dispõe de recursos próprios para operar. Consequência irônica disso é que a população do campo, que geralmente é removida para a construção de hidrelétricas, não tem acesso à energia elétrica.

Apesar do grande investimento do governo estadual e também federal no ramo da mineração, todas as empresas estatais em Goiás foram privatizadas, inclusive a Metais de Goiás (METAGO), criada especificamente para o setor mineral, com grande importância econômica e política para o estado. Ainda em 1998, juntamente com a METAGO, foram privatizadas também diversas subsidiárias dela, como a Goiás Cal, a Moinhos Calcário, a

Ultrafertil, a Copebrás, a Cimento Tocantins, a Cimento Goyaz, dentro outras importantes empresas até então estatais que foram entregues ao setor privado.

Tabela 5 – Investimentos Privados em Mineração e Produção Mineral no Estado de Goiás:

Investimentos privados em mineração - 2000 - 2007			Produção mineral em Goiás (em toneladas)			
Substância	Município	Valor estimado	Substância	1998	2004	% cresc. prod. 1998/2005
Fosfato	Catalão	R\$ 600 a 700 milhões	Amianto	198.332	252.067	27%
Níquel	Niquelândia	R\$ 200 a 300 milhões	Calcário	1.884.210	3.327.562	77%
	Barro Alto	R\$ 1.500 a 2.000 milhões	Fosfato	1.375.099	2.171.966	58%
Amianto-Crisotila	Mináçu	R\$ 15 a 25 milhões	Ouro	4.513	8.552	89%
Cobre-Ouro	Alto Horizonte	R\$ 450 a 600 milhões	Nióbio	4.163	5.373	29%
Níquel-Cobre	Americano do Brasil	R\$ 50 a 60 milhões	Níquel	20.834	26.390	27%
Ouro	Faina	R\$ 40 a 60 milhões	Vermiculita	12.627	13.001	3%
	Fazenda Nova	R\$ 50 a 70 milhões				
Total		R\$ 2,855 bilhões a R\$ 3,815 bilhões				

Fonte: DNPM

Fonte: Seplan/Sepin

É perceptível a estreita conexão entre o Setor Elétrico e o setor de exploração mineral, principalmente na busca intensa de lucros a partir da exploração de recursos naturais que deveriam estar de posse da União e à disposição da população brasileira. A idéia da energia elétrica e dos recursos minerais como bens públicos se torna uma luta e uma necessidade de politização da sociedade brasileira como um todo.⁸

⁸ - Ver adiante o mapa completo das potencialidades minerais e suas respectivas localizações no Estado de Goiás.

III - PERSEPCÇÕES E DESAFIOS

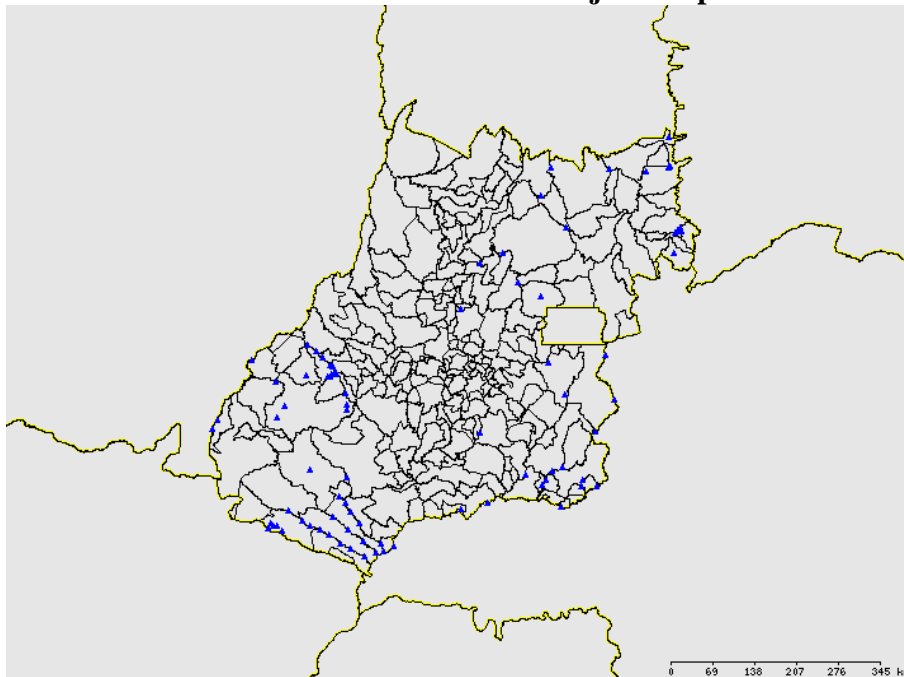
“Valores não servem quando são guardados. Precisam estar presentes em nosso jeito de pensar e agir. Precisam fazer parte de nosso sentir e lutar. Por isso, tal qual uma roça, os valores precisam ser cultivados”

Autor Desconhecido

Há no Brasil uma febre desenvolvimentista, que visa principalmente o fortalecimento do grande capital. Isso é perceptível diante dos grandes financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES na indústria, principalmente a que explora os recursos minerais como a água, a terra, os minérios, dentre outros.

No mapa abaixo podemos ver a quantidade de barragens construídas e projetadas para o Estado de Goiás. Percebe-se a grande concentração de barragens em algumas regiões do estado, como no sudoeste e sudeste.

Mapa 2 – Usinas Hidroelétricas Construídas e Projetadas para o Estado de Goiás



Legenda: ▲ Usina hidroelétrica / / Limite Estadual / / Limite municipal

Fonte: http://www.sieg.go.gov.br:81/i3geo/aplicmap/inter_sieg.htm?b615988d601920d75a911e7bc4e94b47#.
Em 07/03/2010 as 18:55 Hs.

As cerca de oitenta barragens em Goiás, como percebemos, trazem enormes prejuízos sociais a milhares de famílias atingidas pela formação dos reservatórios, que geralmente são removidas de suas áreas e obrigadas a deixar tudo que construíram e viveram debaixo d'água.

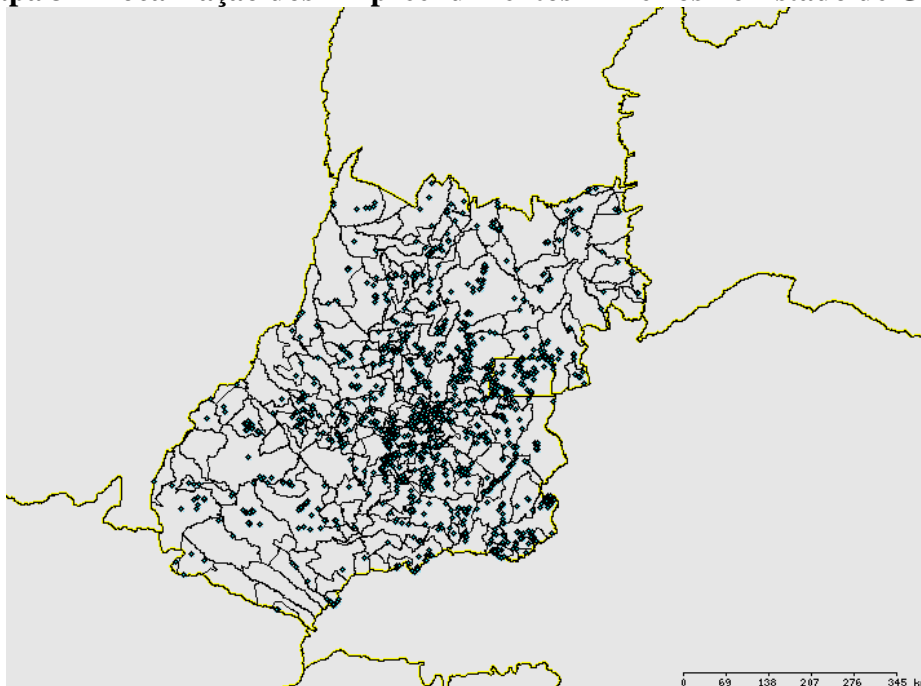
Além do mais, há ainda os grandes estragos ambientais sobre o bioma Cerrado. Como Mesquita (MESQUITA, 2005) coloca:

Está proposto o represamento de todos os principais afluentes do médio e alto curso dos Rios Araguaia, Tocantins e Paranaíba, do lado goiano, comprometendo os poucos trechos de água corrente ainda existentes. Além do mais, trata-se de modificar substancialmente o regime hídrico das médias e microbacias hidrográficas a montante de cada reservatório, acarretando ajustamentos flúvio/erosivos nas cabeceiras de drenagem, já castigadas pela falta de ordenamento e planejamento do uso do solo, quer pelo adensamento populacional urbano, como no entorno de Brasília, quer pela expansão da fronteira agrícola para a produção em larga escala. As grandes fazendas modernizadas (empresas rurais), que ocupam os topos das chapadas, exercem pressão sobre os ambientes de veredas e de matas ciliares. Esses empreendimentos, no seu conjunto, acarretam uma série de macro-impactos ecológicos irreversíveis que estão sendo ignorados ou negligenciados pelos órgãos e agências de fiscalização e licenciamento ambientais. (MESQUITA, 2005, P. 3)

Há uma série de problemas e impactos causados por estes empreendimentos.

No mapa abaixo, podemos ver os empreendimentos mineiros do estado de Goiás e suas respectivas localizações.

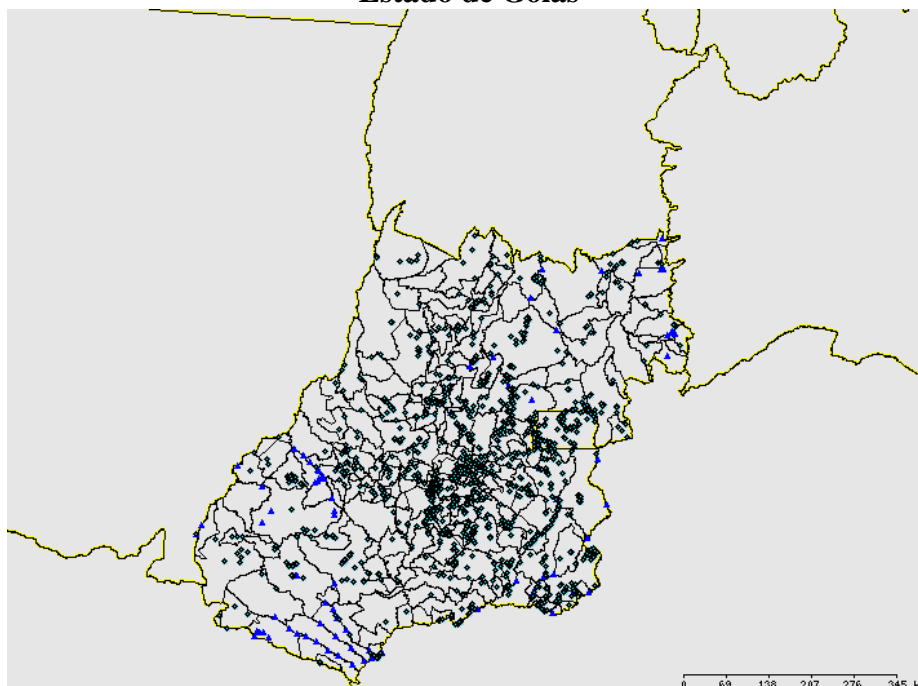
Mapa 3 – Localização dos Empreendimentos Mineiros no Estado de Goiás



Legenda: Empreendimento mineiro / Limite Estadual / Limite municipal
Fonte: http://www.sieg.go.gov.br:81/i3geo/aplicmap/inter_sieg.htm?b615988d601920d75a911e7bc4e94b47# em 23/03/2010 as 07:45 hs.

No mapa a seguir podemos perceber a junção dos empreendimentos barrageiros e os mineiros.

Mapa 4 – Localização das Usinas Hidroelétricas e dos Empreendimentos Mineiros no Estado de Goiás



Legenda: Empreendimento mineiro Usina hidroelétrica / Limite Estadual / Limite municipal
Fonte: http://www.sieg.go.gov.br:81/i3geo/aplicmap/inter_sieg.htm?b615988d601920d75a911e7bc4e94b47# em 23/03/2010 as 07:55 hs.

Podemos ver que em grande parte do estado onde há empreendimentos mineiros, há também barragens instaladas. Diante disso, percebe-se uma grande aliança entre essas duas formas de exploração capitalista dos recursos naturais.

Diante dessas alianças empreendidas, deparamo-nos com os desafios de se fortalecer cada vez mais os Movimentos Sociais para enfrentar as diferentes tramas e alianças capitalistas no campo e na cidade. E o Movimento dos Atingidos por Barragens, possui um importante papel nesse enfrentamento. Para tanto, é necessário que se articule e fortaleça no Estado de Goiás, para então, ampliar suas bases e lutas para as barrancas de outros rios.

Fazer a luta contra o modelo energético vigente e construir um novo modelo não está desconectado das lutas nos vales dos rios. É necessário pensar a política maior, mas é preciso pensá-la a partir de nossas bases. Como bem disse Dom Moacir no ultimo encontro das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs): *“Gente humilde a partir de um lugar pequeno, fazendo coisas sem importância e que transformam o mundo”*(Porto Velho (RO), 12ª Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), às 19h, do dia 21/07/2009, na Praça Madeira-Mamoré). É claro que a organização do povo é uma pequena semente, mas logo ela vira uma árvore.

IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, M. A. M. Escola e televisão. In: PONTUSCHA, N. N.; OLIVEIRA, A.U. (org.). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo, 2002.

ALVES, S. A & NASCIMENTO, A. C. **A Luta pela Terra no Vale do Rio São Marcos: Territorialização e Resistência dos Camponeses Atingidos pela Barragem Serra do Facão**. Fonte: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/smarcos.pdf>. Data: 10/01/2010. Horas: 11:26.

ARAÚJO, R. M.. **Uma retrospectiva da expansão do sistema elétrico na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso na região de Lajeado**. Palmas – Porto Nacional, (TO) 1996-2003.

BARREIRA, C. M. A. **Vão do Paraná: a estruturação de uma região**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG, 2002.

BRANCO, C. **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

BENICIO, C. G. Energia elétrica no Brasil (a primeira lâmpada à ELETROBRAS) Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977.

BURSZTYN, M. (org). **A difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Caramond/Universitária. 2001.

CABRAL, Ligia Maria Martins. **Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. 1988.

CABRAL, Ligia Maria Martins (Coord), **O meio ambiente e o Setor Elétrico Brasileiro**. Rio de Janeiro Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2009.

CARVALHO, W. T. Política Mineral Goiana (1960-1986). Dissertação, IG/UNICAMP. Campinas-SP: 1988. P. 65.

CERVINSKI, G. C. **A constituição do Setor Elétrico brasileiro**. Erechim: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2003. (Monografia – curso de Realidade Brasileira a partir dos grandes pensadores).

CHIAVENATO, J. J. **O massacre da natureza**. São Paulo: Editora Moderna, 1991.

COSTA, A. L. B. et all. **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI. 1990.

GERMANI, G. I. **Expropriados terra e água: o conflito de Ipaipu**. 2ª ed. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

GONÇALVES, C. V. **Paixão da terra**. Rio de Janeiro: Rocco/Socci, 1984.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis-SP, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

LINS DE BARROS, M. **Memória e família**. Estudos Históricos, Memória vol. 2, n. 3, 1989

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, D. ; VANALLI, S. **Migrantes**. São Paulo: 1994.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. Presidente Prudente: UNESP, 2004. 457. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia do Trabalho, da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP.

MESQUITA, H. A. **A Modernização da Agricultura. Um caso em Catalão, Goiás**. Goiânia: ICHL/UFG, 1993. Dissertação (Mestrado em 1993) – Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás.

_____. **As Barragens Para Aproveitamento Hidrelétrico (Ahe): A Mais Recente Ameaça ao Bioma Cerrado**. Fonte: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/G17_barragens.html. Data: 18/03/2009.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. **Construir um outro modelo é possível**. Caderno n. 6. São Paulo- SP,1996.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. **A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB**. Caderno de Formação nº. 5, São Paulo – SP. OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

NESELLO, Evandro. **Trabalho Coletivo versus Trabalho Individual: Um Dilema dos Agricultores, do Reassentamento Cristo Rei, Município de Campos Novos / SC**. Trabalho de Conclusão de Curso, Tema: Cooperação: Ressignificando as Relações Sociais. Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Braga - RS, 2005.

_____. **O século XXI e os conflitos no campo: modernidade e barbárie**. In: Revista Conflitos no Campo Brasil 2001. Ed. Loyola, Comissão Pastoral da Terra, 2002.

ORTIZ. L.S. (Org.). **Fontes alternativas de energia e eficiência energética: opção para uma política energética sustentável no Brasil**. Campo Grande-MS. Coalisão Rios VivosEd. Gimin Gráfica e editor, 2002.

PINHEIRO, Daniele de Carvalho. **Reestruturação do Setor Elétrico no Brasil e Suas Conseqüências no Tratamento de Questões Sociais e Ambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, Go**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2006.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo; ALVES, Josias Manoel; ARAÚJO, Rubens Milagre. **Correlação entre a expansão da mineração e da agroindústria no Planalto Central**

goiano e o processo recente de eletrificação. Anais do X Congresso Brasileiro de Energia. Rio de Janeiro, 2004.

REVISTA CAROS AMIGOS. O Porquê do Apagão de César Benjamim. Ed.Casa Amarela, São Paulo-SP, Junho de 2001.

RODRIGUES, C. M. C. **Águas aos olhos de Santa Luzia: um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista (SP).** Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1996.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1988.

VAINER, Carlos. **Águas pra a vida, não para a morte.** Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: Acselrad, Henri. Justiça Ambiental e Cidadania. Relume Dumará, Fundação Ford, 2009.

Outras Fontes:

CPT - Comissão Pastoral da Terra

VAINER, Carlos B. Comunicação durante o **Seminário Internacional Panorama Energético “Análise e Panorama Energético Brasileiro”**, organizado pelo Movimento de Atingidos por barragens – MAB. Cajamar – SP, 14:30 as 16:00 Hs 05/10/2007.

DOM Moacir, Comunicação durante a abertura do **12ª Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)**, Praça Madeira-Mamoré, Porto Velho (RO) às 19h, do dia 21/07/2009.

www.mab.mabnacional.org.br

www.novaimprensa.inf.br/comissao_mundial_de_barragens.html

<http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Reportagens&idjornal=129&idrep=1209>

www.seplan.go.gov.br/.../tabela11.htm. Data: 26/02/2010.

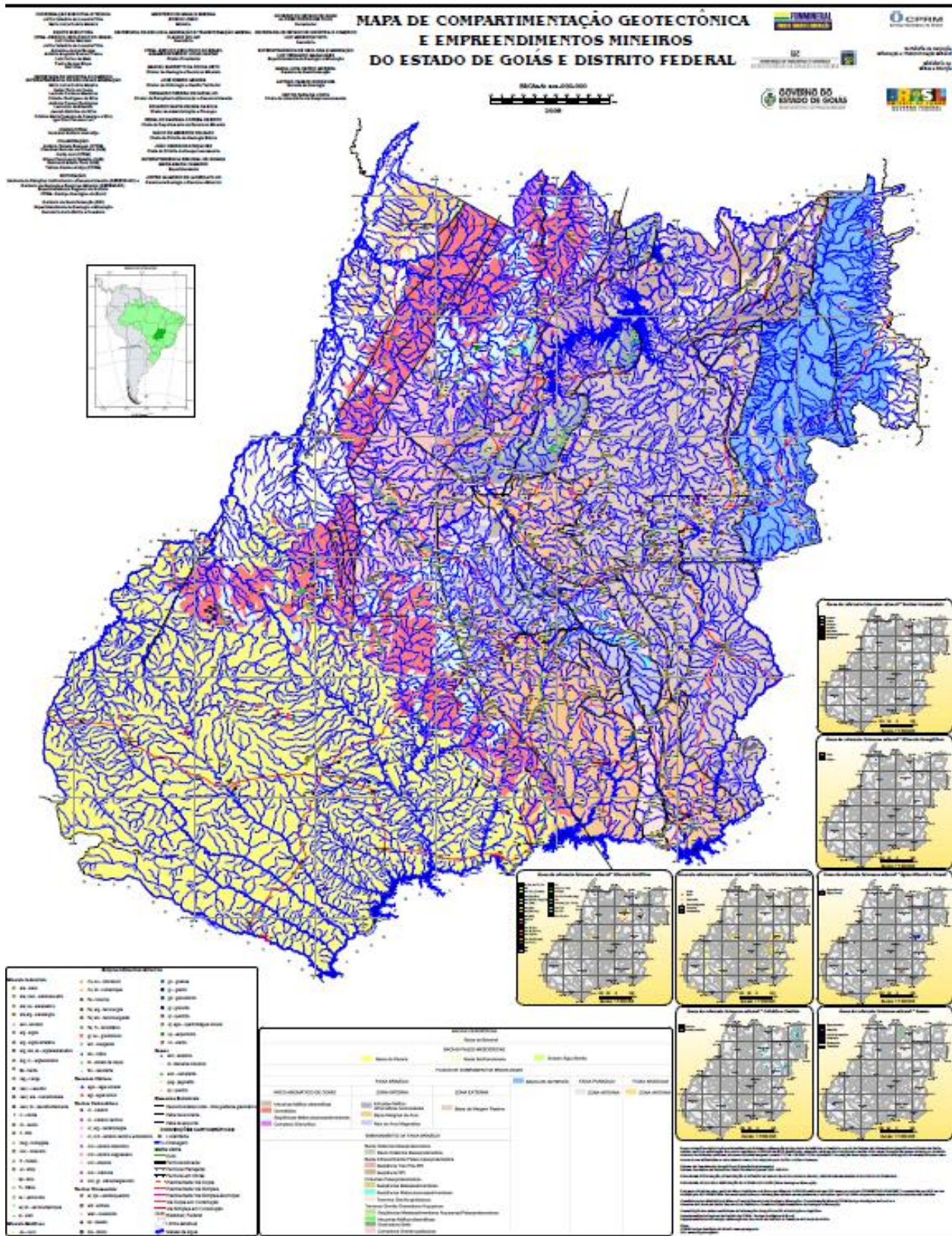
<http://www.dicionarioinformal.com.br/definicao.php?palavra=publiciza%E7%E3o&id=5079>

www.sieg.go.gov.br

http://www.sieg.go.gov.br/viewcade.asp?id_dest=32em 06/03/2010

PEDROSA, Laurindo E. *Impactos Territoriais e Ambientais. O fazer político: Do conhecimento técnico e científico à construção de instrumentos de intervenção social em defesa da água, da natureza e da vida no Cerrado brasileiro - o caso das hidrelétricas.* Anais II ESCB: UFBA, Salvador, 2007

ANEXO I
MAPA GEOTEC



Fonte: http://www.sieg.go.gov.br/viewcade.asp?id_dest=32em 06/03/2010